

MAXPAY

Instituição de Pagamento, Lda



Relatório e Contas 2018

Sede: Edifício Atrium Saldanha | Praça Duque de Saldanha,
Nº1 - 4ºG-B
1050-094 Lisboa – Portugal

Telef.: (+351) 210 438 270 | geral@maxpay.com.pt

ASSEMBLEIA GERAL

ANO DE 2018

21 de Março de 2019

ASSEMBLEIA GERAL

ÍNDICE

- **Convocatória para Assembleia Geral Anual;**
- **Introdução;**
- **Relatório do Conselho de Gerência;**
- **Ambiente Macroeconómico;**
Enquadramento Internacional
Angola
Brasil
Economia Nacional
- **Aspetos Relevantes de 2018;**
- **Ano de 2019;**
- **Demonstrações Financeiras;**
- **Anexos às Demonstrações Financeiras;**
- **Relatório do Parecer do Fiscal Único;**
- **Certificação Legal de Contas.**

CONVOCATÓRIA - ASSEMBLEIA GERAL ANUAL

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 248º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 11º dos Estatutos, convocam-se os sócios da sociedade denominada, MaxPay – Instituição de Pagamento, Lda., pessoa colectiva matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o número de identificação fiscal e de matrícula 513050078, com o capital social de € 500.000,00, registada junto do Banco de Portugal com o número de código 8708, para reunirem em Assembleia-Geral que terá lugar no próximo dia **21 de Março de 2019**, pelas 11:00 horas, na sede social da sociedade sita na Praça Duque de Saldanha, nº 1, 4º Gb, 1050-094 Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Um: Apreciar, deliberar e votar o Relatório de Gestão, Balanço e Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018;

Ponto Dois: Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;

Lisboa, 12 de Fevereiro de 2019

A Gerência,



Alice Moreira
(Sócio-Gerente)



José Pereirinha
(Sócio-Gerente)

RELATÓRIO E CONTAS → ENCERRAMENTO A 31/12/2018

INTRODUÇÃO

O trabalho diário na Sociedade é grande e ambicioso desenvolvido com humildade e muita gratidão.

O contributo de cada um e de todos, mais ou menos importante, é relevante – é um contributo.

Hoje, como ontem, temos pela frente uma luta pelo desempenho de um trabalho honesto, transparente, dedicado, contribuindo para que a MaxPay seja uma empresa de topo na Sociedade e fazendo parte dos que lutam por um mundo melhor.

A todos os parceiros, clientes e companheiros, a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram e contribuem, em cada dia, para o sucesso da empresa e para a edificação de um mundo melhor, agradecemos o privilégio da vossa companhia nesta jornada, a vossa solidariedade, o vosso apoio.

Relatório do Conselho de Gerência

Em cumprimento do disposto nos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, e das normas estatutárias, o Conselho de Gerência da MaxPay – Instituição de Pagamento, Lda., apresenta o Relatório de Gestão, Balanço, Demonstração de Resultados e os demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

A MaxPay, com capital social subscrito e realizado, no encerramento do exercício de 2018, no montante de 500.000,00 euros, tem a sede social na Praça Duque de Saldanha,1 – 4º Piso – Letra Gb, 1050-094 Lisboa, matriculada na Conservatória do registo Comercial de Coimbra sob o número único de matrícula e pessoa coletiva nº. 513050078.

A atividade da Empresa consiste na realização de operações de compra e venda de moeda estrangeira, “traveller cheques”, numismática e envio de fundos (remessas de valores) de e para o exterior.

A MaxPay iniciou a sua atividade em Junho de 2014, em Lisboa, no espaço Atrium Saldanha, loja nº. 61, tendo passado por uma fase inicial de grande dificuldade; somente foi considerada empresa viável depois do início da parceria com a MaxPay Angola, em Julho de 2014, com melhorias significativas a partir de Outubro de 2014.

Em Outubro de 2014 foi necessário proceder a um aumento de capital de 125.000,00 Euros para 300.000,00 Euros por entradas de dinheiro novo para equilíbrio de balanço.

A partir de Outubro de 2014, a Empresa iniciou a sua fase de crescimento, tendo contribuído para isso o aumento das operações vindas da MaxPay Angola, a abertura da Agência do Campo Grande e a rentabilidade dos recursos humanos disponíveis.

O ano de 2015 foi um excelente ano, o número de operações aumentou consideravelmente e os resultados podem ser considerados de *excelentes*.

Nesse ano abrimos as seguintes agências:

Corroios, Leiria e Portimão.

No ano de 2016 a empresa, ainda muito dependente de Angola, com a escassez de divisas neste País, viu o número de operações baixar drasticamente com efeito significativo nos resultados da Empresa.

Ainda em 2016, devido às coberturas oriundas de Angola chegarem em Euros, em vez de dólares, como inicialmente, os nossos resultados refletem o aumento do valor das comissões em detrimento do resultado cambial.

Apesar das dificuldades, abrimos, no início do Ano de 2016, as Agências Fonte Nova e Sines.

Podemos considerar que as operações de compra e venda de moeda estrangeira já mostram algum volume e as transferências para o Brasil também.

O ano de 2017 pode ser considerado um ano de resultados razoáveis, comparativamente com o ano de 2016; o crescimento foi notório e para isso contribuíram as operações oriundas de Angola, apesar das dificuldades na obtenção de divisas continuar a ser uma realidade.

Durante o ano de 2017 fizemos parceria com muitas empresas de Câmbios e Remessas de Valores, em Angola, o que contribuiu para o resultado apresentado.

Vimos o volume de negócio de câmbios aumentar bem como as transferências para o Brasil.

Incrementámos novas funcionalidades no “site” e criámos uma “APP”, oferecendo assim, um serviço moderno e eficiente ao cliente.

Fechamos duas Agências: Corroios e Campo Grande

Abrimos três Agências: Cascais, Rua Aurea e Arroios

Terminámos o ano com 40 colaboradores.

Em 2018 aumentámos o capital social de 300.000,00€ para 500.000,00€, por recurso aos lucros do próprio exercício, por ser necessário esse aumento em virtude de termos iniciado o projeto de transformação da Sociedade em Instituição de moeda eletrónica, projeto esse, entretanto, interrompido, por se ter encetado o processo de revalidação da licença da MaxPay, por orientação

do Banco de Portugal, mas tão logo as condições de mercado o permitam, o mesmo será retomado.

Ano das dificuldades, pior ano para a MaxPay, pois as operações de Angola foram interrompidas e vivemos apenas com as trocas de moeda estrangeira e, essencialmente, com os envios para o Brasil.

Encerrámos a loja da Rua do Ouro.

Relativamente ao mercado interno foi notório o aumento do número de operações bem como os montantes envolvidos, não sendo, no entanto, bastante, para o equilíbrio do balanço.

Os resultados foram altamente negativos durante os onze meses do ano; a situação inverteu-se em Dezembro de 2018 com o recomeço da chegada de operações com origem em Angola.

Embora com todas as dificuldades vividas em relação ao negócio, foi um ano muito trabalhoso devido à já referida revalidação da licença da MaxPay, que decorreu durante quase todo o ano de 2018, pois foi um processo com início em Maio e fim em 26 de Dezembro, data em que o Banco de Portugal concedeu à MaxPay nova autorização e registo.

Desde Maio de 2018 que os gerentes da Sociedade abdicaram dos seus salários, contribuindo para que os resultados negativos da Sociedade não fossem tão elevados, tendo tal decisão sido lavrada em ata.

Apesar do elevado número de clientes em Angola, por falta de divisas, o negócio esteve completamente parado, refletindo-se nos resultados obtidos.

Durante o ano em análise, aproveitámos para nos prepararmos para um crescimento sustentado, sempre com muita prudência.

Fechamos uma agência e não abrimos qualquer novo espaço.

Ambiente Macro Economico

Enquadramento Internacional

Em 2018, a economia mundial continuou com sinais visíveis de “boa saúde” tendo atingido um crescimento global na ordem dos 3,9%.

O mesmo não se pode dizer em relação à Europa onde são notórios os sinais de abrandamento da economia, tendo-se assistido a um crescimento moderado, na ordem de 1,8% do Produto Interno Bruto (PIB), num contexto de incertezas em relação ao Brexit.

Segundo os especialistas do Euro-Sistema espera-se que a expansão económica, na área do Euro, mostre sinais de crescimento moderado, comparativamente ao crescimento verificado em 2017 que foi de 2,4% (PIB dos 19 Países da zona do euro).

Quanto à inflação, na zona Euro, continua em toada descendente já iniciada em 2017, apresentando valores na ordem de 1,2%, no curto prazo, devido às fortes descidas da energia.

As condições do mercado de trabalho continuaram a melhorar nos últimos meses, fixando-se, na Europa, no final de 2018, nos 6,7%; a nível global nos 5,5% - valores bastante confortáveis.

Projeta-se que o crescimento real do PIB se mantenha razoável, no curto prazo, em consonância com os níveis elevados do sentimento das empresas e dos consumidores, notando-se, no entanto, alguma cautela no horizonte.

Política a nível mundial: destacam-se os seguintes acontecimentos:

- Reino Unido: continua o impasse quanto ao desfecho do Brexit, acontece? Com acordo ou sem acordo ?;
- Rússia: eleições, com a vitória de Putin;

- Venezuela – eleições, com a vitória de Nicolás Maduro, com uma votação envolta em grande polémica e com a maior abstenção de sempre. Resultado não reconhecido por diversos países do globo;
- Cuba: abandona a era Castro - elegeu Miguel Diaz-Canel;
- Brasil: Eleições com vitória significativa de Jair Bolsonaro, como Presidente da República;
- México: eleições em meio de violência – vitória de Andres Lopez Obrador.

Quanto aos EUA, maior potência económica mundial, apresentou um crescimento económico na ordem dos 3,5%, em 2018; contribuíram para esse crescimento as sectores da indústria, tecnologia, finanças, agricultura, mineração e turismo.

A criação de emprego foi sólida e a taxa de desemprego diminuiu, situando-se nos 3,7%, em finais de 2018.

As taxas de juro, durante o ano de 2018, foram alteradas três vezes por decisões da FED.

A taxa de juro atual situa-se entre 2,25% e 2,50%.

A nível político, os EUA continuam a contar com o Senhor Donald Trump como Presidente da República.

Angola

País onde temos uma presença muito forte por via do elevado número de empresas parceiras.

Angola vive desde finais de 2014 uma profunda crise económica e financeira devido à quebra acentuada das receitas com as exportações do petróleo e gás que, por sua vez, fez diminuir a entrada de divisas no País, travando as importações e parando o País, já que este é muito dependente do exterior, ainda tem que importar a maior parte dos produtos e serviços que necessita

para superar as necessidades de cada dia. A debilidade do País, a falta de atividade aporta um “impacto negativo” nas contas fiscais.

Apesar das adversidades, o crescimento da economia angolana, em 2018, rondou os 2,1%, invertendo uma tendência de crescimento negativo registada nos últimos três anos.

O FMI (Fundo Monetário Internacional) esteve em Angola durante o ano de 2018, contribuindo para avaliar a evolução económica recente e as perspetivas económicas e financeiras com vista a disponibilização de um financiamento.

O FMI vai continuar no País no ano de 2019 e até 2022 para prestar apoio às políticas e reformas económicas definidas no Programa de Estabilidade Macroeconómica (PEM) e no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN).

Recorde-se que o Presidente em exercício Dr. João Lourenço tomou posse em 2017, tendo como objetivo conseguir um País mais justo, lutando contra a corrupção, seu grande objetivo.

Com esta sucessão são muitas as mudanças em curso contribuindo para uma Angola mais forte, com uma sociedade mais justa.

De notar que Angola defronta-se com uma taxa de desemprego na ordem dos 26%.

O quadro macroeconómico angolano levou a uma descida da inflação, apresentado uma taxa anual para 2018, de 18,6%.

O ano de 2018 foi altamente penalizador para a população, já que se viveu num clima de desvalorização da moeda nacional, a saber:

- USD /AOA = 166,749 em 03/01/18 *
- USD/AOA = 310,158 em 28/12/18*
- EUR/AOA = 186,303 em 03/01/18*
- EUR/AOA = 354,728 em 28/12/18*

Observa-se uma desvalorização de 86% para o Dólar dos Estados Unidos e 90% para a moeda da União Europeia.

*Fonte Oficial - Banco Nacional de Angola

Neste período assistiu-se a uma aproximação dos preços considerados de “rua” aos preços oficiais.

Brasil

Brasil – País com quem mantemos fortes relações pelo elevado número de operações para esse destino.

O Brasil foi palco de importantes acontecimentos, durante o ano de 2018, tais como:

- Assassinato da Vereadora Marielle Franco e seu motorista, Anderson Gomes;
- O Ex-Presidente Lula da Silva, preso, por corrupção e lavagem de dinheiro;
- Derrota do Brasil na Copa;
- Atentado contra Bolsonaro;
- A eleição de Jair Bolsonaro, como já referido.
- Crescimento económico fixou-se nos 1,3% do PIB.
- Inflação no Brasil, em 2018 – 3,69%;
- Taxa básica de juros fixou-se nos 6,5% ao ano.
- Desemprego em 2018, situou-se nos 12,3%.

A moeda brasileira oscilou, durante o ano de 2018, entre 3,69 e 4,49, (numero de reais por euro).

As remessas com origem no Brasil passaram a ser tributadas desde que declaradas de forma diferente de educação e saúde fora do Brasil; caso o motivo seja diferente do atrás referido a tributação varia entre 15% e 25%.

Embora Jair Bolsonaro tenha sido eleito em 28 de Outubro de 2018, com 55,18% dos votos, no final de 2018, ainda nada tinha feito, já que o seu mandato teria início em 2019.

O Brasil, embora em momento conturbado, apresentou uma economia forte e sólida. O País é um grande produtor e exportador de mercadorias diversas, principalmente commodities minerais, agrícolas e manufaturadas. As áreas de agricultura, industria e serviços são bem desenvolvidas e encontram-se em bom momento de expansão.

Embora País considerado emergente, o Brasil ocupa o 9º lugar das maiores economias do Mundo e esta incluído no processo de globalização.

Nacional

- Dados Económicos relativos a 2018:

A economia cresceu, 2,3%;

Desemprego: 6,7%;

Inflação: 1,2%;

Divida Publica no final de 2018 situava-se nos 121,50% do PIB, ligeiramente acima da meta do Governo

- Turismo

Portugal, no ano de 2018, viu o turismo continuar a crescer tendo conquistado vários prémios, nomeadamente, o prémio do melhor destino Turístico do Mundo atribuído pelo World Travel Award.

De igual modo, o Turismo de Portugal foi pela segunda vez consecutiva considerado o melhor Organismo oficial de Turismo do Mundo.

Os **World Travel Awards** são prémios atribuídos pelos profissionais do setor sendo frequentemente considerados os 'óscars' do turismo. Começaram a ser atribuídos em 1993, distinguindo o trabalho desenvolvido na indústria turística, de modo a estimular a competitividade e a qualidade do turismo. A seleção dos vencedores é realizada à escala mundial.

Portugal conta com o melhor porto de cruzeiros, atribuído a Lisboa.

Somos considerados o melhor destino para a prática de surf, sendo a Ericeira a 1ª Reserva de Surf da Europa e a 2ª a Nível Mundial.

Nos últimos anos, Portugal tem conquistado consecutivamente o prémio de **Melhor Destino de Golfe da Europa e do Mundo**, nos **World Golf Awards**. Algo que não admira se nos lembrarmos que é um país de clima privilegiado ao longo de todo o ano e que, particularmente no Algarve e na região de Lisboa, se encontram muitos campos várias vezes premiados, onde se encontram bons desafios e se pode assistir às grandes provas dos circuitos profissionais da modalidade.

Somos distinguidos quer a nível gastronómico, quer pela simpatia, pelo clima, pelos transportes, etc.

A procura de alojamentos continua forte e a procura de novas casas também, principalmente pelos estrangeiros, nomeadamente, franceses, americanos e italianos.

Portugal continua a ser um País abençoado, vivendo momentos felizes.

Entre todos os acontecimentos que orgulharam o nosso País, não podemos deixar de fazer uma referência, muito especial, e expressar muita gratidão ao Presidente da República de Portugal, na pessoa do Excelentíssimo Professor Dr. Marcelo Rebelo de Sousa, pela sua dedicação ao País, pela sua energia, contribuindo para o grande sucesso e clima de otimismo que se continuou a viver durante 2018.

ASPETOS RELEVANTES VIVIDOS NA EMPRESA EM 2018

A MaxPay iniciou a sua atividade em Junho de 2014, com um capital social de 125.000,00€ e, apresentando no final de 2018, um capital social, no montante de 500.000,00€, sendo o segundo aumento de capital realizado ao longo da vida da Sociedade.

A MaxPay ainda não conseguiu libertar-se da dependência de Angola, País submerso numa crise económica e financeira, num mercado fechado, altamente controlado, que sem a cedência de divisas por parte do Banco Central é impossível as empresas de câmbios e remessas de valores sobreviverem, já que não tem onde adquirir a sua “matéria prima”, as divisas necessária à realização de qualquer remessa para o exterior.

O ano de 2018 foi ano de implementação de normas, de desenvolvimento do aplicativo informático, da revalidação da licença junto do Banco de Portugal.

Terminámos o ano com as seguintes agências em funcionamento:

- | | |
|------------|------------|
| ○ Saldanha | Fonte Nova |
| ○ Portimão | Porto |
| ○ Leiria | Sines |
| ○ Arroios | Cascais |

As principais componentes dos custos de exploração relacionam-se com os encargos com pessoal e rendas.

Terminámos o ano com 38 colaboradores, menos dois que no fecho de 2017.

Continuámos com política de baixos salários.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Gerência propõe à Assembleia Geral que:

- a) Seja aprovado o Relatório de Contas de 2018;
- b) O resultado líquido negativo de Eur – 530.674,84 seja transferido para resultados transitados.

A empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora e a sua situação perante a Segurança Social encontrar-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

ANO DE 2019

Os nossos objetivos para 2019:

Em 2019, contamos regressar aos resultados positivos com o incremento do volume de ordens oriundas de Angola e com o crescimento do número e montante de ordens de e para Brasil e outros destinos, bem como a compra e venda de moeda estrangeira.

É nosso objetivo contribuir para o desenvolvimento das pessoas das empresas parceiras, num esforço continuado para aprender e ensinar, para dinamizar redes de conhecimento, para captar novos conceitos, para aprender e implementar melhores técnicas, práticas, novas tecnologias.

Seguir os líderes e tendências tecnológicas, apostar em relações de confiança, estabelecer objetivos claros e honrar os compromissos, são algumas das premissas em que baseamos a nossa atuação.

Propomo-nos:

- Continuar a procura de novas parcerias com a finalidade de abrir novos corredores;
- Aumentar a rede de balcões de forma a cobrir todo o País, com prioridade para Setúbal, Amadora, Albufeira e encerrar

as Agências sem rentabilidade ou transferi-las para outros locais, nomeadamente, Leiria e Porto.

- Aumentar o número de parceiros em Países distintos de Angola;
- Continuar a expandir o nome “MaxPay” para outros Países, estando já no horizonte a Namíbia.
- Oferecer melhor qualidade de serviços através da otimização dos recursos humanos.

AGRADECIMENTOS

Apesar dos resultados negativos obtidos no exercício de 2018, não podemos deixar de agradecer a dedicação e empenho de todos, pelo que, agradecemos:

- Ao Banco de Portugal;
- Ao Montepio Geral;
- À Caixa Geral de Depósitos;
- Ao Millennium;
- Ao MSBB;
- Ao BPI;
- Ao Novo Banco;
- A todos os parceiros no exterior, com especial gratidão aos parceiros em Angola, pela confiança demonstrada;
- A Marta Moreira pelo perfeccionismo, exigência e profissionalismo desenvolveu um trabalho excelente, a nível de sistemas.
- Ao João Pereirinha pela sua dedicação, simpatia e profissionalismo;
- À Vanda Lemos, Contabilista Certificada, pela sua exigência, retidão e profissionalismo.
- A todos os funcionários e colaboradores;
- Ao Fiscal Único;
- Ao Banco de Portugal;
- À Polícia Judiciária;
- A todos os clientes e amigos que nos honraram com a sua preferência.

Enfim, a todos que tornaram possível o sucesso deste projeto, apresentamos os nossos agradecimentos.

Os Sócios

Maria Alice Parreira Moreira – Quota de 65,10%
Catarina Gonçalves da Costa de Oliveira – Quota de 25%
José António de Amorim Pereirinha – Quota de 9,9%

Gerência

- **Maria Alice Parreira Moreira**
- **José António de Amorim Pereirinha**

Lisboa, 12 de Fevereiro de 2019



Maria Alice Moreira



José António Pereirinha

MAXPAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, LDA

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)



Posição Financeira	Notas	2018		2017
		Valor antes de provisões, imparidades e amortizações	Provisões, imparidades e amortizações	Valor Líquido
ATIVOS				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4 e 5	445.615		868.390
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4 e 6	2.854.750		3.061.358
Outros ativos financeiros ao justo valor através dos resultados	7	12.221		7.588
Ativos tangíveis	8	486.438	243.293	324.673
Ativos intangíveis	8	35.497	24.409	12.332
Ativos por impostos correntes	9	207.939		-
Ativos por impostos diferidos	10	163.786		-
Outros ativos	11	293.239	44.153	420.972
ATIVOS TOTAIS		4.499.485	311.855	4.695.313
PASSIVOS				
Passivo financeiros mensurados pelo custo amortizado	4 e 12			390.353
Passivos por impostos correntes	9			396.777
Outros passivos	13			691.433
PASSIVOS TOTAIS				1.478.563
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital	14			300.000
Outras reservas e resultados transitados	15			1.619.759
Resultado do exercício				(530.675)
CAPITAL PRÓPRIO TOTAL				2.186.075
CAPITAL PRÓPRIO TOTAL E PASSIVOS TOTAIS				4.187.630

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro 2018.

A Contabilista Certificada:

A Gerência:

MAXPAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, LDA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017



(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2018	2017
Juros e rendimentos similares		20	-
Juros e encargos similares		-	9
MARGEM FINANCEIRA		20	(9)
Rendimentos de serviços e comissões	17	253.313	529.955
Encargos com serviços e comissões	17	24.164	67.086
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		730	387
Resultados de reavaliação cambial	18	433.078	2.985.649
Outros resultados de exploração	19	13.050	13.492
PRODUTO BANCÁRIO		676.027	3.462.388
Custos com pessoal	20	782.151	1.160.481
Gastos gerais administrativos	21	445.232	523.289
Amortizações do exercício	8	83.025	84.382
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	11	44.153	-
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		(678.534)	1.694.236
Impostos			
Correntes	16	15.927	397.245
Diferidos	10 e 16	(163.786)	-
Resultado do exercício		(530.675)	1.296.991
Rendimento reconhecido diretamente no capital próprio		-	-
Rendimento integral do exercício		(530.675)	1.296.991

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A Contabilista Certificada:

A Gerência:



MAXPAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, LDA
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

		2017						
Notas	Capital Realizado	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Distribuição Dividendos	Total	Resultado do Exercício	Total do Capital Próprio
Saldo no início do período de 2017	300.000	113.936	1.364.780	-	-	1.778.716	141.043	1.919.759
Aplicação do lucro do exercício de 2016		7.052	133.991			141.043		
Distribuição dividendos						-	-	-
Resultado do exercício						-	1.296.991	1.296.991
Resultado Integral							1.296.991	
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	300.000	120.988	1.498.771	-	-	1.919.759	1.296.991	3.216.750
		2018						
Notas	Capital Realizado	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Distribuição Dividendos	Total	Resultado do Exercício	Total do Capital Próprio
Saldo no início do período de 2018	300.000	120.988	1.498.771	-	-	1.919.759	1.296.991	3.216.750
Aplicação do lucro do exercício de 2017		64.850	532.141	200.000	500.000	1.296.991		
Distribuição dividendos					(500.000)	(500.000)		(500.000)
Incorporação de resultados no capital	200.000			(200.000)		-		-
Resultado do exercício							(530.675)	(530.675)
Resultado Integral							(530.675)	
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	500.000	185.838	2.030.912	-	-	2.716.750	(530.675)	2.186.075

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A Contabilista Certificada:

A Gerência:



MAXPAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, LDA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Juros e rendimentos similares e comissões recebidas	17	253.333	529.955
Juros e encargos similares e comissões pagas		(24.164)	(67.095)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores		(1.331.921)	(1.498.592)
Resultados de reavaliação cambial	18	433.078	2.985.649
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(620.644)	346.218
Outros Recebimentos/pagamentos		307.871	(283.800)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		<u>(982.447)</u>	<u>2.012.335</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	8	(252)	(304.519)
Ativos intangíveis	8	-	(12.435)
Recebimentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	70.000
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		<u>(252)</u>	<u>(246.954)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Dívidendos	15	(500.000)	-
Caixa líquida das actividades de financiamento		<u>(500.000)</u>	<u>-</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(1.482.699)	1.765.381
Caixa e seus equivalentes no início do período		3.539.395	1.774.014
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	2.056.696	3.539.395

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A Contabilista Certificada :

A Gerência:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Maxpay – Instituição de Pagamento, Lda., (adiante designada por “Maxpay” ou “Sociedade”), é uma sociedade por quotas, com sede social na Praça Duque Saldanha nº1, 4ºGb em Lisboa. Foi constituída no dia 18 de março de 2014, tem por objeto social o exercício de envio de fundos e as atividades incluídas no objeto legal das Agências de Câmbios.

A Sociedade rege a sua atividade ao abrigo do Regime Geral das Instituições de Créditos e Sociedades Financeiras, encontrando-se sob a supervisão do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras da Sociedade a 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Gerência no dia 12 de fevereiro de 2019 e serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral de acordo com a legislação comercial em vigor em Portugal.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Maxpay foram preparadas com base nos livros e registos contabilísticos, mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), adotadas pela União Europeia de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, e na sequência do qual foi publicado o Aviso nº 5/2015 de 30 de dezembro, do Banco de Portugal.

O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com ano anterior. A partir de 2017, a Maxpay passou a adotar o novo referencial contabilístico IAS/IFRS.

a) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras em anexo foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

b) Regime do acréscimo

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, respetivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

c) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

d) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo divulgados sempre que relevantes e não seja remota a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros.

e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

f) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.2. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Maxpay são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Sociedade), são convertidas à taxa de câmbio em vigor à data da transação, sendo posteriormente atualizadas consoante as taxas em vigor à data do relato, publicadas pelo Banco de Portugal.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Resultados de reavaliação cambial”.

b) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis e intangíveis são registados ao custo de aquisição, incluindo os custos diretamente imputáveis à compra. As depreciações destes ativos são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização e são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil do bem, prevista no decreto regulamentar 25/2009, em função da sua utilidade esperada.

As taxas de depreciação praticadas correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Obras em imóveis arrendados	1-6
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	1-8
Equipamento informático	1-5
Material de transporte	3-4
Equipamento de segurança	8

c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis incluem licenças de utilização de software e gastos com desenvolvimento da plataforma website, registado ao custo de aquisição.

As amortizações destes ativos são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos.

O custo de aquisição de licença de software é capitalizado e compreende todos os custos incorridos com aquisição e colocação do software disponível para utilização.

Os ativos intangíveis são apenas reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a sociedade, sejam controláveis pela mesma e sejam fiavelmente mensuráveis.

Os custos relacionados com a construção da plataforma website para realização de transferências online, são registados de acordo com o definido na IAS 38 - Ativos intangíveis e norma interpretativa SIC 32 - Ativos Intangíveis – Custos com website.




ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Relativamente ao ativo intangível designado por “Plataforma Website e com base na IAS 38, após uma análise de todos os fatores relevantes, a Sociedade considerou não haver limite previsível para o período durante o qual se espera que o ativo gere fluxos de caixa líquidos para a entidade, considerando uma vida útil indefinida para este ativo.

No entanto, e ainda segundo o parágrafo 91 da mesma norma, o termo “indefinida” não significa “infinita”. Esta incerteza justifica estimar a vida útil do ativo intangível numa base prudente, passando a Sociedade a assumir uma vida útil finita de 10 anos, amortizando o ativo intangível pelo método das quotas constantes, por duodécimos.

As taxas de amortização praticadas correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Software	3
Website	10

d) Imposto sobre o rendimento

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), aplicável aos primeiros 15.000,00 Euros de matéria coletável, à taxa de 17%, aplicando-se a taxa 21% ao excedente, acrescida de derrama estadual aplicável aos lucros tributáveis superiores a 1.500.000,00 Euros e até 7.500.000,00 Euros à taxa de 3%. Ao valor de coleta de IRC apurado, acresce a derrama municipal cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5%, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

No apuramento da matéria coletável à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais podem ser objeto de revisão por parte da Administração Fiscal, durante quatro anos. Em virtude desta regra, as declarações fiscais da Sociedade respeitantes aos exercícios de 2015 a 2018, poderão vir a ser revistas e alterada a matéria coletável declarada.

A gerência da Sociedade entende que qualquer liquidação adicional que possa resultar destas revisões não será significativa para as demonstrações financeiras.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 12 anos limitado a 70% do lucro tributado, suscetíveis de dedução aos lucros fiscais reportáveis gerados durante esse período.




ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico, devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais.

Os impostos diferidos correspondem às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e à correspondente base fiscal conforme disposto na IAS 12 - impostos sobre o rendimento, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra as quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas ou de prejuízos fiscais. Os valores registados resultam do melhor entendimento da gerência quanto as expetativas futuras de negócio.

Os ativos e passivos por impostos diferidos, são mensurados utilizando a taxa de tributação que se antecipa estar em vigor à data de reversão das diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação e legislação fiscal que estejam formalmente aprovadas na data do relato.

e) Outros devedores

As dívidas de outros devedores, são mensuradas ao custo amortizado, diminuídas de eventuais perdas por imparidade, reconhecida nas rubricas “perdas de imparidade acumulada” quando há evidência objetiva de eventos de perda. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultado caso se verifique uma redução do montante de perda estimada, num período posterior.

f) Férias e subsídio de férias

A empresa regista como gastos de cada exercício, o valor das remunerações devidas por férias e subsídio de férias, bem como os respetivos encargos sociais, pagáveis no ano seguinte a todos os trabalhadores.

g) Caixa e seus equivalentes

Esta rubrica inclui “Caixa e seus equivalentes”, o valor nominal dos seus depósitos à ordem registados em “Disponibilidades em outras instituições de crédito”, o saldo de caixa registado na rubrica “Caixa e disponibilidades em Bancos centrais”, o valor nominal dos depósitos a prazo até 3 meses registados na rubrica “Aplicações em Instituições de Crédito” e valor nominal dos “Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado – “Depósitos”



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

h) Comissões de transferência de valores

A Sociedade auferir uma comissão sobre cada transferência de valores efetuada, calculada sobre o valor da ordem de transferência, quando aplicável.

3. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas da Maxpay os Órgãos Sociais da Sociedade, Gerentes ou entidades a eles relacionadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os custos suportados relativos à remuneração dos Órgãos Sociais da Sociedade, somam 56.685 Euros e correspondem aos vencimentos do período de janeiro a abril de 2018 (Nota 21).

Face à falta de operações e de remessas com origem em Angola e conseqüentemente o impacto negativo nos resultados da Maxpay, os dois sócios gerentes decidiram suspender os seus vencimentos até que a empresa obtenha resultados mensais positivos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a rubrica “Rendas e alugueres” inclui uma renda de loja, num total de 12.000 Euros, cuja propriedade é de um dos sócios gerentes. A entidade Maxpay – Serviços de Pagamento, Lda., a Sunpay – Sociedade de Remessas, Lda., ambas sediadas em Angola e a Maxpay – Agência de Câmbios, S.A., sediada em Cabo Verde, são entidades relacionadas por via da gerência e sócios em comum.

4. FLUXOS DE CAIXA

Na elaboração da demonstração de fluxos de caixa são incluídos no saldo de “caixa e seus equivalentes” as seguintes componentes:

	2018	2017
Caixa	445.615	868.390
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.854.750	3.061.358
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado - Depósitos	(1.243.669)	(390.353)
Total	2.056.696	3.539.395




ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2018	2017
Caixa -Euros	336.818	828.822
Caixa - Moeda Estrangeira	108.797	39.568
Total	445.615	868.390

Representa o valor detido em caixa pelos diversos balcões.

6. DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2018	2017
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.854.750	3.061.358
Total	2.854.750	3.061.358

As “disponibilidades em outras instituições de crédito” incluem os valores enviados antecipadamente pelos parceiros (empresas de direito angolano, sediadas em Angola) para a realização das operações de envio de fundos.

Essas contas bancárias refletem as transferências efetuadas pelos parceiros para cobrir os valores a serem pagos pela Maxpay como agente pagador, por contrapartida do seu reflexo no passivo (Nota 12) “Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado – depósitos” valores a crédito de correspondentes e parceiros.

7. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DOS RESULTADOS

Esta rubrica é composta pelas entregas efetuadas para o Fundo de Compensação de Trabalho, atualizadas ao último valor da unidade de participação publicada à data de fecho, com impacto em resultados.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2018	2017
Outros ativos financeiros ao justo valor - FCT	12.221	7.588
Total	12.221	7.588

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

8. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos nos ativos tangíveis e intangíveis durante os exercícios de 2018 e 2017 foram os seguintes:

	2017						
	Saldos em 31/12/2016		Aquisições	Alienações	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Valor líquido em 31/12/2017
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					
<u>Outros ativos tangíveis:</u>							
Obras em imóveis arrendados	84.083	(48.001)	45.933			(19.924)	62.091
Mobiliário e material	22.381	(5.711)	109.126			(10.913)	114.883
Máquinas de uso administrativo	10.443	(2.143)	7.888			(4.037)	12.151
Equipamento informático	44.548	(40.599)	17.186			(13.174)	7.961
Material de transporte	111.100	(33.733)	119.400	(102.500)	50.133	(28.749)	115.651
Equipamento de Segurança	11.611	(2.562)	4.986			(2.100)	11.936
	<u>284.166</u>	<u>(132.749)</u>	<u>304.519</u>	<u>(102.500)</u>	<u>50.133</u>	<u>(78.897)</u>	<u>324.673</u>
<u>Ativos intangíveis:</u>							
Software	23.063	(17.680)				(5.382)	-
Website			12.435			(103)	12.332
	<u>23.063</u>	<u>(17.680)</u>	<u>12.435</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5.485)</u>	<u>12.332</u>
	<u>307.229</u>	<u>(150.429)</u>	<u>316.954</u>	<u>(102.500)</u>	<u>50.133</u>	<u>(84.382)</u>	<u>337.005</u>

	2018				
	Saldos em 31/12/2017		Aquisições	Amortizações do exercício	Valor líquido em 31/12/2018
	Valor bruto	Amortizações acumuladas			
<u>Outros ativos tangíveis:</u>					
Obras em imóveis arrendados	130.016	(67.925)		(24.667)	37.424
Mobiliário e material	131.507	(16.624)		(18.016)	96.868
Máquinas de uso administrativo	18.331	(6.180)		(2.838)	9.313
Equipamento informático	61.734	(53.773)	252	(3.652)	4.561
Material de transporte	128.000	(12.349)		(29.850)	85.801
Equipamento de Segurança	16.598	(4.661)		(2.758)	9.178
	<u>486.186</u>	<u>(161.512)</u>	<u>252</u>	<u>(81.781)</u>	<u>243.145</u>
<u>Ativos intangíveis:</u>					
Software	23.063	(23.063)			-
Website	12.435	(103)		(1.244)	11.088
	<u>35.498</u>	<u>(23.166)</u>	<u>-</u>	<u>(1.244)</u>	<u>11.088</u>
	<u>521.684</u>	<u>(184.678)</u>	<u>252</u>	<u>(83.025)</u>	<u>254.233</u>

No ano de 2017 o ativo intangível no montante de 23.063€ encontrava-se totalmente amortizado e foram contabilizados custos no montante de 12.435€, com a construção da plataforma Website para

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

a realização de transferências online, de acordo com as condições previstas na IAS 38 - Ativos intangíveis e norma interpretativa SIC 32 - Ativos Intangíveis – Custos com Web site.

9. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estas rubricas apresentavam a seguinte composição:

	2018	2017
Ativos e passivos por impostos correntes		
IRC -Pagamentos por conta	215.414	506
IRC -Pagamentos especial por conta	6.217	-
IRC -Pagamentos adicional por conta	2.042	-
IRC- Retenção na fonte	5	-
IRC - Estimativa de imposto	(15.739)	(397.283)
Ativos por impostos correntes	207.939	-
Passivos por impostos correntes	-	(396.777)
Total	207.939	(396.777)

10. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2018	2017
Ativos por impostos diferidos		
Por imparidades em devedores	9.272	-
Por prejuízos fiscais	154.514	-
Total	163.786	-




ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

11. OUTROS ATIVOS

	2018	2017
Outras disponibilidades sobre não residentes	191.858	368.897
Devedores e outras aplicações	49.668	-
Outros devedores	5.515	16
Outros devedores em mora	44.153	-
(-) Imparidades - outros devedores	(44.153)	-
Rendimentos a receber	-	1.484
Despesas com encargo diferido	51.683	50.575
Outros valores a regularizar	30	-
Total	249.086	420.972

A rubrica outras disponibilidades revela as disponibilidades sobre correspondentes e parceiros.

A rubrica “Despesas com encargos diferido” refere-se maioritariamente a cauções prestadas em contratos de arrendamento.

Com a verificação de evidência objetiva de eventos de perda, reconheceu-se uma perda por imparidade de outros devedores.

12. PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO

	2018	2017
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado - depósitos	1.243.669	390.353
Total	1.243.669	390.353

O valor em Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado - depósitos, inclui valores a crédito de correspondentes/parceiros para liquidação de operações de transferência (Nota 6).




ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

13. OUTROS PASSIVOS

	2018	2017
Setor público e administrativo	194.822	32.298
Subtotal	194.822	32.298
Credores Diversos		
Outros Fornecedores	85.850	34.412
Remessas de Clientes	353.220	343.374
Subtotal	439.070	377.786
Encargos a pagar		
Encargos com férias e subsídios de férias	115.001	121.246
Gratificações de Balanço	-	150.000
Gastos gerais administrativos	8.993	8.020
Subtotal	123.994	279.266
Outras contas de regularização -		
Outros valores a regularizar	-	2.083
Subtotal	-	2.083
TOTAL	757.886	691.433

O Setor público e administrativo inclui impostos retidos na fonte a terceiros, inclusive sobre rendimentos de capitais e gratificações de balanço referentes a 2017 e pagos em dezembro 2018 e, contribuições para a Segurança Social, cujos montantes encontram-se liquidados em janeiro de 2019.

As remessas de clientes estão relacionadas com transferências de remessas a pagamento para levantamento ao balcão pelo beneficiário ou em conta bancária.

A rubrica de encargos com férias e subsídio de férias compreende as responsabilidades da Sociedade à data de 31 de dezembro para com o pessoal.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

14. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2018 o capital da Maxpay, integralmente subscrito e realizado, era constituído por três quotas com o valor nominal total de 500.000 Euros.

No dia 31 de maio de 2018, a Sociedade procedeu ao aumento do Capital Social de 300.000 Euros para 500.000 Euros, feito pelo recurso aos lucros do próprio exercício. (Nota 15)

	2018	2017
Capital realizado	500.000	300.000
Total	500.000	300.000

Detentores do Capital	% Capital	Montante
Alice Moreira	65,10%	325.500
Catarina Oliveira	25,00%	125.000
José Pereirinha	9,90%	49.500
Total	100,00%	500.000

15. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

	2018	2017
Outras Reservas e Resultados Transitados		
Reserva Legal	185.838	120.988
Reservas livres	2.030.912	1.498.771
Total	2.216.750	1.619.759

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço de reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital.

Em 31 de dezembro de 2018 a Reserva Legal está totalmente constituída nos termos da lei.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 21 de Março de 2018, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, e foi decidido que o resultado líquido no montante de 1.296.990,88€ fosse aplicado da seguinte forma:

- 500.000,00 - Distribuição de dividendos
- 64.849,54€ - Reserva mínima Legal
- 532.141,34€ - Reservas Livres
- 200.000,00 - Aumento de capital

O Pagamento dos dividendos foram efetuados no mês de maio e dezembro e 2018.

16. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2018 e 2017 apresentavam a seguinte composição:

	2018	2017
Imposto sobre o lucro do exercício		
Imposto Corrente		
Diferença de estimativa de imposto	188	(38)
Estimativa de imposto sobre resultado (Nota 9)	15.739	397.283
Subtotal	15.927	397.245
Imposto diferido		
Outros devedores (nota 10)	(9.272)	-
Por prejuízos fiscais (nota 10)	(154.514)	-
Subtotal	(163.786)	-
Total	(147.859)	397.245



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificado no exercício de 2018 e 2017 pode ser demonstrada como se segue:

Reconciliação da taxa efetiva

	2018		2017	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos (RAI)		(678.534)		1.694.236
Imposto apurado com base na taxa IR	0,00%	-	21,00%	355.790
Impacto da tributação reduzida sobre a matéria colectável até 15,000 Euros	0,00%	-	-0,04%	(600)
Derrama	0,00%	-	1,50%	25.414
Derrama isenta /redução	0,00%	-	-1,39%	(23.608)
Derrama estadual 3% >1,500,000		-	0,22%	3.675
	0,00%	-	21,29%	360.670
Diferenças permanentes a acrescer				
Encargos não devidamente documentados	0,00%	-	0,00%	46
Gastos não dedutíveis relativos à participação nos lucros por membros dos órgãos sociais	0,00%	-	0,46%	7.771
Depreciações não aceites como gasto	-0,56%	3.774	0,17%	2.871
Ofertas a clientes	0,00%	-	0,12%	2.022
Outros	0,00%	-	0,04%	651
Insuficiência de estimativa do imposto do exercício anterior	-0,01%	40	0,00%	-
Diferenças temporárias a acrescer				
Perdas por imparidade fiscalmente não dedutíveis (nota 10)	-1,37%	9.272	0,00%	-
Benefícios fiscais				
Criação líquida de postos de trabalho	3,27%	(22.168)	-1,49%	(25.266)
Remuneração convencional capital	0,43%	(2.940)	-0,19%	(3.150)
excesso de estimativa do imposto do exercício anterior	0,00%	-	0,00%	(8)
Imposto sobre o Lucro Tributável	1,77%	(12.022)	20,40%	345.608
Tributação autónoma	-2,32%	15.739	3,05%	51.675
Estimativa de imposto sobre o resultado corrente	-2,32%	15.739	23,45%	397.283
Outros devedores (Nota 10)	1,37%	(9.272)		-
Prejuízos fiscais (Nota10)	22,77%	(154.514)		-
Imposto sobre o rendimento diferido	24,14%	(163.786)		-
Taxa efetiva	21,82%	(148.047)	23,45%	397.283

A estimativa de imposto do exercício 2018, no montante de 15.739, representa o imposto sobre tributações autónomas (Nota 9).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

17. RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

A 31 de dezembro de 2018 e 2017 estas rubricas apresentavam a seguinte composição:

	2018	2017
Rendimentos de serviços e comissões		
Transferências de valores	250.272	528.322
Outros serviços prestados	3.041	1.633
Subtotal	253.313	529.955
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	21.961	14.577
Por operações realizadas por conta de terceiros	2.203	52.509
Subtotal	24.164	67.086
Total	229.149	462.869

Os rendimentos obtidos resultam maioritariamente das remessas pagas com origem no exterior. Em 2018 verificou-se um decréscimo significativo da atividade por falta de remessas de valores com origem em Angola.

Os outros serviços prestados referem-se a comissões de Tax Free e comissões por operações em ATM - Euronet.

Os gastos suportados com comissões por operações realizadas por conta de terceiros, sofreu igualmente um decréscimo significativo, devido à redução da atividade.

Verificou-se um aumento dos encargos suportados por serviço bancários, devido ao aumento do custo de comissões cobradas pelos bancos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

18. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

A 31 de dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2018	2017
Ganhos por reavaliação cambial	502.308	3.058.451
Perdas por reavaliação cambial	69.230	72.802
Total	433.078	2.985.649

Os resultados de reavaliação cambial resultam, maioritariamente, da atividade de remessas. A reavaliação da moeda estrangeira é calculada com base no fixing editado pelo Banco de Portugal.

19. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2018	2017
Ganhos em ativos não financeiros	-	17.633
Outros Ganhos e rendimentos não operacionais	14.278	12.797
Subtotal	14.278	30.430
Outros encargos e gastos operacionais	620	15.875
Outros impostos	608	1.063
Subtotal	1.228	16.938
	13.050	13.492

No exercício de 2017, na rubrica “Ganhos em ativos não financeiros”, estão registados ganhos em outros ativos tangíveis.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

20. CUSTOS COM PESSOAL E NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2018	2017
Remunerações		
Órgãos Sociais	56.685	270.393
Pessoal	585.087	704.877
Subtotal	641.772	975.270
Encargos Sociais		
Segurança Social	136.107	180.575
Outros encargos sociais obrigatórios	317	267
Subtotal	136.424	180.842
Outros custos com pessoal	3.955	4.369
Subtotal	3.955	4.369
Total	782.151	1.160.481

	2018	2017
Órgãos Sociais Executivos	2	2
Pessoal	36	40
Total	38	42

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os custos suportados relativos à remuneração dos Órgãos Sociais da Sociedade, somam 56.685 Euros e correspondem aos vencimentos do período de janeiro a abril de 2018 (Nota 3).

A Maxpay registou nos exercícios 2018 e 2017 um número médio de 38 e 42 colaboradores ao seu serviço respetivamente.



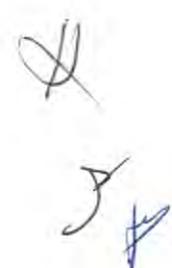
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

21. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

No exercício de 2018 e 2017 esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2018	2017
Com fornecimentos		
Água, energia e combustíveis	7.510	7.971
Material de consumo corrente	8.431	13.939
Material de higiene e limpeza	248	510
Outros fornecimentos de terceiros	484	21.763
Subtotal	16.673	44.183
Com serviços		
Rendas e alugueres	142.982	135.921
Comunicações	21.460	21.593
Deslocações, estadas e despesas de representação	20.058	73.734
Publicidade	37.998	76.521
Conservação e reparação	7.245	3.408
Formação	2.082	550
Seguros	11.755	22.667
Serviços especializados	158.763	113.252
Outros serviços de terceiros	26.216	31.460
Subtotal	428.559	479.106
Total	445.232	523.289

Os saldos registados na rubrica “Outros serviços de terceiros” são maioritariamente referentes a despesas de condomínio do escritório e de loja.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

22. PARTES RELACIONADAS

Os valores reportados traduzem o somatório das operações com cada uma das empresas e a posição do saldo a 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Maxpay Angola - Serviços de Pagamento, Lda.

Rubrica	Movimentos Ano	Saldo 31/12/2017	Movimentos Ano	Saldo 31/12/2018
Passivos - Valores a pagar ao correspondente	5.902.231	5.074	15.151	978
Passivos- Valores a validar ordens emitidas		-		57
Passivos - Valores a liquidar remessas a pagamento		53.575		27.470
Resultados - Rendimentos de serviços e comissões		9.155		-
Resultados - Ganhos por reavaliação cambial		209.478		75

Maxpay Cabo Verde- Agência de Câmbios S.A

Rubrica	Movimentos Ano	Saldo 31/12/2017	Movimentos Ano	Saldo 31/12/2018
Disponibilidades - Outras disponibilidades sobre não residentes	454.910	105.725	699.104	47.278
Resultados - Rendimentos de serviços e comissões		1.098		1.841

Sunpay - Sociedade de Remessas, Lda.

Rubrica	Movimentos Ano	Saldo 31/12/2017	Movimentos Ano	Saldo 31/12/2018
Disponibilidades - Outras disponibilidades sobre não residentes	-	-	12.020	2.050
Passivos - Valores a pagar ao correspondente	3.217.017	8.184	-	-
Resultados - Rendimentos de serviços e comissões		549		110
Passivos - Valores a liquidar remessas a pagamento		25.064		6.160
Resultados - Ganhos por reavaliação cambial		84.153		231



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

23. RISCO CAMBIAL

A Maxpay assume exposição de risco cambial derivado da flutuação das taxas de câmbio dos seus ativos e passivos.

O quadro seguinte apresenta os ativos e passivos convertidos à taxa de câmbio (Fixing) divulgado pelo Banco de Portugal na data do balanço.

MOEDA	QUANTIDADE MOEDA	QUANTIDADE DIVISA	FIXING	TOTAL EM EUROS
ZAR	16.120	46.940	16,46	3.831
AUD	7.835	200	1,62	4.954
CVE	306.300		110,27	2.778
DKK	900	216.900	7,47	29.167
CAD	11.635	25.995	1,56	24.114
CHF	23.080	2.090	1,13	22.336
GBP	18.945	4.431	0,89	26.132
NOK	21.950	150.200	9,95	17.304
SEK	84.400	36.960	10,25	11.834
USD	36.381	296.265	1,15	290.521
BRL	15.847	66.306	4,44	18.486
JPY	654.000	20.000	125,85	5.356
CUP	-	29.115	1,14	25.591
	1.197.393	895.402		482.404

24. HONORÁRIOS DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS E FISCAL ÚNICO

Os honorários do Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único da Sociedade relativos à Revisão Oficial de Contas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 ascenderam a 10.000 Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

25. GARANTIAS PRESTADAS

A Maxpay tem registada uma garantia bancária prestada pelo Montepio, no valor de 15.029 Euros para cumprimento da renda da loja sediada no Aqua Portimão Shopping.

26. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR LEI

A Gerência informa que a Maxpay não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

A situação da sociedade perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados, dando cumprimentos ao estipulado no Decreto- Lei 411/91, de 17 outubro.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2018.

28. FACTOS RELEVANTES

Não existem compensações entre saldos devedores e credores.

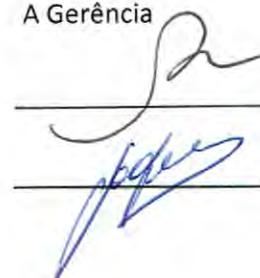
A Maxpay utiliza o Software denominado “Trader”, propriedade da empresa Codeware Consultoria, Desenvolvimento e Software, S.A que serve de base à gestão e contabilização da sua atividade.

Lisboa, 12 de fevereiro de 2019,

A Contabilista Certificada



A Gerência



NEVES DA SILVA E MARIA J. PIMENTA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Inscrita com o nº 126 na LROC e com o nº 20161444 na CMVM
NIPC 503 302 368

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Sócios de
MaxPay – Instituição de Pagamento, Lda.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da actividade da **Sociedade MaxPay – Instituição de Pagamento, Lda.**, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, os quais são da responsabilidade da Gerência.

Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios da Sociedade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido da Gerência e dos serviços da Sociedade as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, verificámos a exactidão das demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2018, que foram submetidas à nossa apreciação pela Gerência, e a sua conformidade com o Relatório de Gestão, bem como a adequada divulgação das políticas e critérios contabilísticos que presidiram à sua preparação. Consideramos que o Relatório de Gestão apresenta de forma adequada os principais aspectos da vida da Sociedade no ano de 2018 e as suas perspectivas futuras.

Como nos competia, procedemos nesta mesma data e na qualidade de Revisor Oficial de Contas à emissão da Certificação Legal das Contas sobre as demonstrações financeiras da Sociedade.

Face ao que antecede, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, para efeitos de aprovação em Assembleia Geral de Sócios.

Desejamos ainda manifestar à Gerência e aos serviços da Sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 14 de Fevereiro de 2019

Neves da Silva e Maria J. Pimenta, SROC
Representada por:


Maria José dos Santos Pimenta (ROC nº 846)

NEVES DA SILVA E MARIA J. PIMENTA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Inscrita com o nº 126 na LROC e com o nº 20161444 na CMVM
NIPC 503 302 368

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **MaxPay – Instituição de Pagamento, Lda.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2018 (que evidencia um total de 4 187 630 euros e um total de capital próprio de 2 186 075 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 530 675 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira de **MaxPay – Instituição de Pagamento, Lda.** em 31 de Dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia (IFRS).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia (IFRS);

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou,

caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

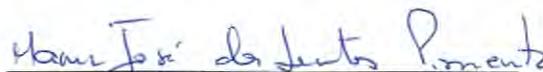
Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.

14 de Fevereiro de 2019

Neves da Silva e Maria J. Pimenta, SROC

Representada por:


Maria José dos Santos Pimenta (ROC n.º 846)